

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Armando Parreira • Publicação Bimestral • 150\$ • Mar/Abr/Maio 95 • N.º 21

EDITORIAL

Assim, sem mais, adeus

Fernando Nogueira abandonou o cargo de Ministro da Defesa para se dedicar a outros objectivos.

Os anos de Nogueira ministro foram de alterações profundas e nestas, lesões graves aos nossos direitos e legítimas expectativas ocorreram. Embora nunca tivéssemos tido a oportunidade de pessoalmente lhe transmitir as nossas ideias, propostas e problemas, já que sempre recusou o diálogo, temos a convicção de que sempre soube o que os sargentos pensavam, propunham e faziam, coisa que nem sempre o ouvimos dizer relativamente a outros casos.

Ao contrário do que gente mal intencionada procurou algumas vezes pôr a circular, nunca nos moveu o que quer que fosse contra a pessoa do ex-ministro. A classe não se move contra ninguém. Repetimo-lo várias vezes e fazemo-lo agora de novo.

Os sargentos ao longo da sua história sempre se bateram por ideias, justiça, dignidade e dignificação. Em 1891 bateram-se pela dignidade e dignificação da pátria.

Ao longo destes anos de Nogueira ministro, batemo-nos por um EMFAR justo, digno e dignificante. E batemo-nos agora para que as alterações ao EMFAR não venham lesar muitas centenas de sargentos. Batemo-nos contra as injustiças - amplamente provadas - do Sistema Retributivo. Foram necessários muitos anos de instabilidade e mal-estar, de punições, até que o ex-ministro desse a mão à palmatória. Vencemos!

Batemo-nos contra um estatuto de excepção no acesso ao Provedor de Justiça. Batemo-nos pelo diálogo, sempre recusado pelo ex-ministro. A lista podia continuar, mas os exemplos citados visam somente ilustrar a questão central: Batemo-nos por ideias. Batemo-nos convictamente por justiça e dignidade. E batemo-nos com transparência.

Nogueira foi-se embora de Ministro, mas os problemas estão cá. Estão os problemas que o já são e estão os problemas que se anunciam vir a sê-lo efectivamente. Falamos da legislação que aguarda aprovação.

Nogueira foi-se embora, mas nós continuamos cá a conviver dia-a-dia com as mazelas. Ir embora é sem dúvida - e sem que isto contenha qualquer juízo de valor - uma vantagem de quem não é militar. Como não vamos embora, resta-nos prosseguir serena mas firmemente o caminho que traçámos.

Assim, sem mais, adeus.

NSR

SARGENTOS DA ARMADA ALCANÇAM VITÓRIA HISTÓRICA



Págs. centrais

O que é stress de guerra?

Pág. 2

A Euromil e as missões das Nações Unidas

Pág. 6

O que é stress de guerra?

Armando Myre Dôres (*)

Nos últimos anos tem vindo a falar-se com frequência cada vez maior duma doença relativamente pouco conhecida, designada por perturbação pós-traumática de stress (PTSD). Perturbação pós-stress traumática ou distúrbio pós-traumático do stress, conforme a tradução que se faz da designação inglesa — Post-Traumatic Stress Disorder (PTSD).

Esta é uma doença que pode ter lugar quando uma pessoa vive um acontecimento que ultrapassa a experiência humana vulgar e que provoca extremo stress tal como, por exemplo: uma ameaça séria à sua vida e integridade física, grande ameaça ou danos a entes queridos, calamidades naturais, pre-senciar a morte ou ferimento violentos de alguém.

Ora como este tipo de acontecimentos serão muito vulgares nas guerras, é natural que ele afecte muitos ex-combatentes, tendo o seu estudo sido aprofundado depois da I Guerra Mundial (Freud chamou-lhe neurose de guerra) e da II Guerra Mundial (em que a investigação põe em causa a chamada teoria da predisposição, isto é, que as características da personalidade antes do trauma se-riam a variável principal na produção da perturbação, prevalecendo cada vez mais a ideia que a perturbação seria causada por múltiplos factores, sendo a natureza do trauma o mais importante. Assim, por exemplo, há autores que consideram como factores mais traumatizantes: expor-se ao combate; participar ou ser testemunha de actos de violência; presenciar a morte ou ferimento grave de companheiros de combate; entrar em contacto com pessoas mortas ou feridas na batalha; ficar isolado dos companheiros da Unidade.

Mas é sobretudo depois da Guerra do Vietnam que esta doença é estudada e caracterizada de forma precisa, passando a fazer parte da classificação americana de doenças psíquicas, a DMS (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders), a partir de 1980. Embora a guerra não seja a única causa da doença, hoje confunde-se praticamente a noção de PTSD com a noção de stress de guerra.

A doença pode manifestar-se logo a seguir ao acontecimento traumático ou mais tarde, podendo mesmo revelar-se muitos anos após a guerra. E é este aparecimento retardado que dificulta em

grande parte o seu diagnóstico.

Muitos militares ou ex-militares que se queixam ao médico de sintomas que apontam para stress de guerra não são diagnosticados como tal porque a classe médica, em geral, ignora a existência desta doença. Há mesmo casos de doentes que colocam ao psiquiatra a hipótese do seu sofrimento psíquico ter origem na guerra e que são despistados por este da verdadeira causa da doença com o argumento de que "a guerra já passou há muito tempo e ela não tem mais nada a ver com os padecimentos actuais do doente".



Como se manifesta, então, a perturbação pos-traumática do stress?

Pela tendência a reexperimentar o acontecimento traumático através de recordações persistentes e impossíveis de afastar, pesadelos em que revive o acontecimento doloroso experimentado, revivência muito aguda da experiência que pode ser acompanhada de ilusões, alucinações e episódios dissociativos (um doente pode julgar que "o inimigo está ali, naquelas árvores e vai atacar"), pelo mal-estar psicológico intenso provocado por qualquer acontecimento que lembre o trauma.

Pela evitação persistente de estímulos associados com o trauma e o embotamento da capacidade de resposta, tais como: evitar pensamentos e sentimentos ligados ao trauma, evitar actividades que recordem a guerra, incapacidade para se lembrar de certos aspectos do que se passou, diminuição do interesse por actividades significativas (abandono de "hobbies", por exemplo), sensação

de afastamento ou estranheza em relação aos outros, empobrecimento do afecto (deixar de gostar de pessoas queridas e amigos), sensação de ausência de perspectivas de futuro.

Pela activação aumentada, nomeadamente: insónias, irritabilidade, acessos de cólera, dificuldades de concentração, hipervigilância (sentir-se permanentemente ameaçado), reacções exageradas de alerta (atirar-se para o chão, por exemplo, ao ouvir-se um barulho que pareça um tiro), reactividade fisiológica quando se lembra do aconteci-

é aconselhável consultar um especialista. Existe um serviço no Hospital Júlio de Matos, o Serviço de Psicoterapia Comportamental, onde tem sido investigada e tratada a PTSD.

Como a pessoa que sofre desta perturbação tem tendência a tentar esquecer-la, a ignorá-la, a atribuir-lhe falsas causas, uma das formas de tratamento consiste em recordar em grupo os acontecimentos passados na guerra e a verbalizar os sentimentos provocados por essa recordação, de forma a fazer aquilo a que se chama a sua catarse e a

dos. Calcula-se que possam ter ficado afectados psicologicamente com a guerra uns 140 mil homens.

Citamos do artigo publicado na "Revista de Psicologia Militar", em 1992, pelo Dr. Afonso de Albuquerque e sua equipa de colaboradores, dados comparativos da incidência das doenças psíquicas provocadas pela guerra em Portugal e nos EUA: "... verificamos que a incidência de 'problemas psicológicos crónicos' (...) é sete vezes maior em Portugal (1,4%) do que nos EUA (0,2%) considerando a população total de cada um dos países.

Contudo, em Portugal, a assistência e a mobilização dos cuidados a prestar a este sector da população é praticamente inexistente, em especial se compararmos com o que se passa nos EUA. Assim, o PTSD não faz parte da Tabela Nacional de Incapacidades, pelo que estes doentes encontram graves dificuldades em receberem pensões, reformas ou simplesmente tratamento médico específico".

Alguns dos ex-combatentes da guerra colonial, que foram tratados no serviço de Psicoterapia Comportamental atrás citado, formaram uma Associação de Apoio às vítimas do stress de guerra, a "Apoiar", que tem sede provisória junto daquele serviço.

Dos seus objectivos fazem parte o reconhecimento da importância da doença e a defesa do direito das suas vítimas a serem tratadas, sensibilizar a opinião pública para a problemática da doença, defender o direito à obtenção de reformas, pensões ou subsídios condignos para os afectados pela doença, fomentar a investigação e a formação de pessoal técnico especializado na doença bem como a criação de unidades de apoio às vítimas do stress de guerra.

(*) Psicólogo

Um acto de justiça com alínea obscura

O Governo apresentou na Assembleia da República a proposta de lei nº 129/VI, que visa dar uma nova redacção ao Artº 19º da Lei 30/87, de 7 de Julho, tendo por objectivo isentar do serviço militar os filhos ou irmãos de militares falecidos em campanha ou de deficientes com grau de deficiência de 60% ou mais.

A referida proposta de lei estipula que podem beneficiar da isenção os filhos ou irmãos de militar cuja morte ou deficiência tenha ocorrido:

- a) Em serviço de campanha ou em circunstâncias directamente relacionadas com o serviço de campanha ou como prisioneiro de guerra;
- b) Na manutenção da ordem pública;
- c) Na prática de actos humanitários ou de dedicação à causa pública;
- d) No exercício das suas funções e deveres militares e por motivo do seu desempenho, em condições de que resulte, necessariamente, risco agravado equiparável ao definido nas situações previstas nas alíneas anteriores.

Julgamos que a alteração agora proposta, não é uma dádiva, uma benesse, mas um acto de justiça.

Temos, contudo, um reparo a fazer e este diz respeito ao conteúdo da alínea b) "manutenção da ordem pública". Ora, a manutenção da ordem pública não é missão das Forças Armadas. Não nos estamos a ver na ponte por causa do buzinaço, na Marinha

Grande por causa dos vidreiros, na Universidade de Coimbra por causa das propinas, em Sesimbra por causa das pescas, em qualquer bairro por causa da marginalidade e da toxicodependência.

Haverão, talvez, militares que adquiriram deficiência ou que até morreram em missões de ordem pública, antes do 25 de Abril. Se assim fôr, deverá ser encontrada a forma de os contemplar. Poderão haver militares que num futuro, que não se deseja, sejam atingidos por deficiência ou morte em missões de ordem pública, mas no caso de ser decretado o estado de sítio e de emergência accionados no quadro dos mecanismos constitucionais.

Assim, é nossa opinião que a alínea b) seja alterada.

SARGENTO

Propriedade: Associação Nacional de Sargentos
Administração e Redacção: Rua Barão de Sabrosa, 91 - 1.º Esq. 1900 Lisboa - Tel. 815 49 66 - Fax: 815 49 58
Apoio Redactorial, Grafismo, Composição, Paginação e Produção: In-Media, Lda - Tel./Fax: 397 89 96
Fotolito e Impressão: Heska Portuguesa, SA
Tiragem: 3500 ex.
Depósito Legal: 48582/91
Registo na DGCS: 115109

Regime de queixa ao Provedor de Justiça

ANS pede declaração de inconstitucionalidade

A ANS entregou, em 12 de Maio, uma exposição ao Presidente da República a pedir a declaração de inconstitucionalidade da lei do regime de queixa ao Provedor de Justiça.

Na exposição, a ANS solicita ao Presidente da República que, ao abrigo do art. 137, h) da Constituição da República Portuguesa (CRP), requeira ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade das seguintes normas: arts. 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Lei 89/VI.

O Provedor de Justiça, instituição com uma história quase bicentenária de implantação nas democracias mais avançadas, foi criado em Portugal pelo Decreto-Lei 212/75, de 21 de Abril, com a função primordial da garantia da justiça e legalidade da actuação dos poderes públicos, bem como da defesa dos direitos fundamentais, consagrados pela nova Ordem jurídica rompana da Revolução de Abril.

Em 1982, após um processo preenchido por um veto por

razões políticas do então Presidente da República, o Parlamento aprovou a Lei de Defesa Nacional (Lei 29/82, de 11 de Dezembro), precursora de um novo período de relações entre os poderes civil e militar, com a correção da situação excepcional resultante do período revolucionário, conduzindo à total subordinação do poder militar ao poder civil, democraticamente legitimado.

Estranhamente, parece que a sujeição das Forças Armadas à acção do Provedor foi encarada como uma excepção, diminuindo-se o seu âmbito de intervenção em questões militares e restringindo-se as possibilidades de actuação.

Assim, na Lei da Defesa Nacional e contrariamente ao regime geral traçavam-se duas importantes excepções à possibilidade de intervenção do Provedor de Justiça, uma de carácter objectivo e outra de carácter subjectivo.

Quanto à primeira, afastavam-se do alcance do Provedor de

Justiça as matérias operacionais e classificadas (artigo 33º, 2º, in fine), prevendo-se quanto à segunda, a necessidade da prévia excussão dos meios gratuitos de tutela.

Se quanto à exclusão das matérias referidas não há grandes dúvidas excepto no tocante à bondade da sua aplicação, já a respeito do segundo ponto grandes objecções se têm levantado, quer quanto ao mérito, quer quanto à própria constitucionalidade da norma.

O artigo 33º, 3, da Lei de Defesa Nacional, exigia uma lei regulamentadora do regime de acesso ao Provedor de Justiça.

Aprovou agora a Assembleia da República a proposta de Lei 89/VI, continuadora do previsto na Lei da Defesa Nacional.

Um grande óbice à efectividade da actuação do Provedor de Justiça é o facto de se exigir o esgotamento das vias hierárquicas previamente a qualquer reclamação. Sob uma capa de inocuidade e ajustamento às realidades, essa exigência acaba

por remeter o Provedor de Justiça para uma posição de mero espectador, registando as situações ocorridas e formulando eventuais juízos de censura que, posto que vigorosos, serão sempre de eficácia reduzida ou nula quanto ao caso concreto. Isto passar-se-á em dois níveis.

Por um lado, esgotado o procedimento administrativo em causa pela exaustão dos meios de tutela gratuitos, começam a contar-se os prazos para a interposição de eventual recurso contencioso de anulação, prazos esses que podem esgotar-se sem que haja oportunidade de o Provedor de Justiça poder tomar posição e fazer vingar junto das Forças Armadas a bondade das posições que julga correctas.

Isto ocorre pelo facto de, tendo o Provedor de Justiça sempre que ouvir previamente a Administração (art.º 34º, do Estatuto do PB), e só podendo fixar um prazo mínimo de resposta de 15 dias (art.º 29º, 4, da mesma Lei), fácil é admitir o

rápido escoamento do prazo útil para interposição de recurso contencioso, maxime quando os contactos com a Administração não podem ser directos, mas mediados pelo Ministro da Defesa (artigo 6º da actual proposta de Lei).

Em parênteses sempre se dirá ser violenta esta restrição. Em termos de descentralização e desconcentração, mais do que nunca deve a actuação do Provedor de Justiça ser exercida sobre todos os poderes públicos, não carecendo de qualquer mediação. Aliás, a Administração Militar não goza dos mesmos privilégios dos Tribunais, quanto a essa necessidade. Imposto o dever de cooperação com o Provedor de Justiça, pelo artigo 23º, 4, da Constituição, compreende-se que, face a órgãos de soberania como os Tribunais o Provedor de Justiça tenha de conduzir a sua intervenção através dos órgãos de soberania, não sendo possível furtá-la ao disposto no artigo 23º, 4.

Sete anos depois...

Petição dos sargentos em plenário da Assembleia da República



No dia 23, do passado mês de Fevereiro, foi apreciada em plenário da Assembleia da República uma petição de sargentos para que fosse contemplado na Lei do Estatuto da Condição Militar, o Estatuto do Sargento, petição essa entregue naquele órgão de soberania em 28 de Junho de 1988.

Era objectivo desta petição que fosse contemplado na Lei: exercício da autoridade e o dever de obediência fossem definidos no mais estrito respeito pela Constituição; di-reito da defesa em processo disciplinar; contagem do tempo de serviço; actualização de pensões; salvaguarda do direito de associação e de petição; direito de apresentar propostas e su-gestões; acesso ao quadro permanente, sistema básico de progressão na carreira, fundamentação e recurso das informações e apreciação de serviço; direito de recurso ao Provedor de Justiça.

Após a apresentação desta petição foram publicadas a Lei

"É claro que nem todas as aspirações dos sargentos estão já satisfeitas, quer aquelas que constam do 'Caderno de Aspirações', aprovadas no Encontro Nacional de Sargentos, realizado em Sacavém, em 7 de Abril de 1990. E, com realismo, direi mesmo que nem todas poderão vir a ser satisfeitas. Uma são exequíveis, outras não. No entanto, com o processo legislativo em curso, muitas outras aspirações dos sargentos poderão encontrar consagração legal"

Deputado António Barradas Leitão (PSD)

"A petição - com sete anos de 'morte' nos arquivos desta Assembleia - já era clara (...). Eram reclamações claras, a que o tempo decorrido veio dar mais força. E por uma razão simples: porque os militares dos quadros permanentes, no processo chamado de racionalização e que, na prática, foi um típico processo de criação e afastamento de 'excedentes', foram tratados de forma indig-nificante, sem que as hierarquias e o poder político cumprissem o seu dever de defender os seus interesses e dignidade"

Deputado João Amaral (PCP)

"Nem o facto de, entretanto, ter sido publicada legislação que contempla algumas das suas preocupações, nem o de só agora a petição ser abordada em plenário diminui o seu valor e importância, porque, para além da sua apresentação formal há quase sete anos, o que é de sublinhar é a luta que têm travado ao longo de muitos anos, em situações, a maior parte das vezes, difíceis, mas cuja persistência, podemos afirmá-lo, tem dado os seus frutos"

Deputado Marques Júnior (PS)

11/89, de 1/6/89 (Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar) e o Decreto-Lei 34-A/90, de 24/1/90, que aprovou o "Estatuto dos Militares das Forças Armadas".

Este facto levou a que a Comissão de Petições solicitasse à Comissão de Defesa Nacional um parecer sobre a matéria. Esta Comissão deliberou, em 14/6/90, "pedir ao Senhor Ministro da Defesa que se reúna com a Comissão para obter conhecimento exacto, dos factos e definir a perspectiva de qualquer necessária intervenção legislativa".

Lê-se, no relatório final da Comissão de Petições, que "sucedeu, porém, que a Comissão de Defesa não reuniu com o Senhor Ministro da Defesa em cumprimento do seu próprio parecer, por razões que se desconhecem e remeteu a petição à Comissão de Petições".

A Comissão de Petições deliberou, em 1/3/92, remeter de novo a petição à Comissão de

Defesa Nacional, para que esta se pronuncie sobre a matéria. Esta Comissão, algumas semanas depois, informa a Comissão de Petições que nada mais tinha a acrescentar. Em 16/6/94, finalmente, esta Comissão deliberou enviar a petição a plenário; onde iria

esperar oito meses para ser submetida a discussão.

A Assembleia da República nada decidiu, pois o partido da maioria entendeu que as aspirações dos sargentos ou já estavam satisfeitas (quais?), ou "nem todas poderão vir a ser satisfeitas" (ver destaque).

Ministro da Defesa Figueiredo Lopes

Com a saída de Fernando Nogueira da pasta da Defesa, foi nomeado ministro Figueiredo Lopes, até então secretário de Estado da Defesa. António Jorge Figueiredo Lopes, de 54 anos, já tinha sido secretário de Estado da Defesa, entre 1983 e 86, no IX Governo, do chamado bloco central. Antes disso, foi secretário de Estado da Administração Pública nos III e IV governos constitu-

cionais. No VI foi secretário de Estado do Orçamento e no VIII assumiu a Secretaria de Estado da Reforma Administrativa. É filiado no PSD desde 1981, de cujo Conselho Nacional foi membro de 1986 a 88. Foi, ainda, deputado à Assembleia da República, por Viseu, de onde é natural, entre 85 e 87. Neste mesmo ano foi, também, deputado do Parlamento Europeu.

Sargentos da Armada alcançam vitória his

A publicação do DL 80/95, que veio corrigir o posicionamento dos 1^{os} Sargentos da Armada na tabela indiciária, conferiu uma grandiosa vitória, porventura a mais importante vitória, da classe de sargentos nestes conturbados últimos anos.

Foi a vitória da determinação, do persistente acreditar na sua razão, da postura responsável, disciplinada e da unidade de toda a classe, que jamais aceitou cruzar os braços perante as dificuldades impostas por um poder político que teimava em não reconhecer os erros, as injustiças e as aberrantes discrepâncias provocadas pela aplicação do NSR.

Deste longo processo, de cinco anos, de persistente luta, há que saber retirar, tendo em conta o futuro, as lições apropriadas. Urge, com serenidade e inteligência extrair todas as lições que nos proporciona.

Para ajudar a esta necessária reflexão, mas sem a pretensão de neste artigo a esgotar, colocamos a seguinte questão: Teria sido possível corrigir fosse o que fosse sem a nossa determinação, persistência e confiança?

É claro que não. E ao fazermos tão peremptória afirmação, fazemo-la assente na experiência vivida. Para tanto, não é demais lembrar: Ainda

antes da publicação do DL 57/90 - Novo Sistema Retributivo - a ANS apresentou aos órgãos de soberania e às chefias militares um estudo no qual se salientavam as graves injustiças que a aplicação deste documento iria provocar.

Numa altura ideal para corrigir, de forma integrada e correcta todas as injustiças, obtivemos como resposta a punição disciplinar, quando o aconselhável teria sido encetar de imediato o diálogo, mais que não fosse, para provocarmos o que então afirmávamos. Assim não o entendeu o poder político. Em vez do diálogo preferiu a via do confronto, preferiu negar, sempre, o que depois passou a ser por demais evidente - o NSR originava efeitos perversos com nítido prejuízo da hierarquia funcional, com especial incidência na categoria de sargentos da Marinha - aliás, como agora se reconhece.

Só que este reconhecimento veio com cinco anos de atraso e após um longo, variado e complexo processo, no qual subemos envolver os diferentes órgãos de soberania e as chefias militares e, com este envolvimento isolar o governo na sua desacreditada teimosia.

Foi, pois, nesta estratégia de isolamento e de cerco ao governo que residuiu o êxito desta luta. Daí o afirmarmos

que não foi esta ou aquela acção que proporcionou a resolução do problema, mas sim o conjunto de todas elas, da mais simples à de maior espectacularidade, umas foram consequência das outras, mas todas importantes e decisivas.

A solução agora encontrada, contudo, e apesar de conferir uma extraordinária vitória, não vem acabar de vez com todos os problemas que existiam anteriormente. Resolve, e cremos que bem, o problema, proventura o mais escandaloso dos existentes, que se traduzia no facto de provocar que centenas de 1^{os} Sargentos da Armada auferissem um vencimento inferior ao que receberiam se hoje ainda fossem cabos. Mas, como dizíamos, não resolve tudo e vem criar uma nova situação de desigualdade, agora entre os 1^{os} Sargentos da Armada e os 1^{os} Sargentos dos outros ramos das FFAA, com graves e injustificados prejuízos para os camaradas do Exército e da Força Aérea.

É nossa convicção profunda que esta nova situação de desigualdade tem origem no atraso do reconhecimento das injustiças praticadas. Mas, mais uma vez não iremos cruzar os braços.

Esta histórica vitória demonstra inequivocamente que vale a pena lutar.



Suplemento de residência - [

Um assunto n



6º Aniversário da ANS

A Associação Nacional de Sargentos vai comemorar, em 10 de Junho, o 6º Aniversário da sua fundação, com um ALMOÇO COMEMORATIVO, a realizar nesse dia, pelas 13 horas, na Cooperativa Militar. Incições na sede da ANS até 6 de Junho. Participa!

Decorre, entretanto, na sede da ANS, uma Exposição de Fotografia dedicada ao Campo de Concentração Nazi de Dachau. Esta exposição é inaugurada dia 9, às 21 horas e estará parente ao público até dia 13, das 14 às 18 horas e das 19 às 21 horas, excepto dia 12, apenas das 18 às 21 horas. Não deixes de visitar!

O DL 60/95, de 7 de Abril, vem introduzir alterações ao DL 172/94, de 25 de Junho, decreto-lei que aprova o designado suplemento de residência, e atribuir e regulamentar o estatuído no Artº 122º do EMFAR.

O presente DL 172/94 revoga o regime jurídico relativo ao subsídio mensal de deslocamento e mantém o direito de ajuda de custo previsto no Artº 10º do DL 119/85.

As alterações agora introduzidas pelo DL 60/95 vêm clarificar a atribuição deste suplemento. Define com maior clareza, e pensamos que bem,

o conceito de residência habitual. Distingue e atribui suplemento diferente consoante a colocação é no continente ou nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira (alínea b) nº 2 artº 8º).

Estas alterações são redutoras ou limitadoras (Artº 9º) ao introduzir:

- Na alínea a) do nº 1: "ou em local distanciado destes limites menos de 30 km";

- O nº 2, que define: "Não é conferido o direito a suplemento de residência quando o militar é colocado em local situado dentro dos limites do concelho da colocação que, tendo nela

ada tórica



DL 60/95

ão esgotado

cabimento orgânico, declarar preferir, ou em local distanciado destes limites menos de 30 km".

Este DL tem que ser considerado no mínimo injusto, ao considerar para contagem de distância (Artº 12º) os limites municipais e não a distância entre a unidade onde está colocado e a residência habitual.

Queremos aqui relembrar que, aquando das Comemorações do 31 de Janeiro de 1995, a ANS produziu um documento sobre o subsídio de residência no qual referia "não perceber porque motivo um diploma, que pretende colmatar

uma lacuna de carácter social, relativamente aos militares que, por imperativos de serviço, se têm que deslocar para unidades a distâncias superiores a 30 km ou mais da sua residência habitual, seja interpretado de forma tão diversa..."

É legítimo concluir que tínhamos razão ao fazer aquela referência e o DL 60/95 é a prova disso mesmo.

Não consideramos este assunto esgotado. Aguardamos contributos que os camaradas queiram dar, com a promessa de em futuros números do nosso jornal voltarmos a abordar o tema.

ANS recebida em audiências

Na sequência das comemorações do 31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento, e de acordo com o estabelecido nas diversas realizações a nível nacional, a ANS pediu audiências aos diferentes órgãos de soberania, às chefias militares e às direcções dos partidos políticos com assento na Assembleia da República, com o objectivo de lhes apresentar as resoluções aprovadas durante a citada efeméride.

Responderam positivamente à solicitação da ANS a Casa Militar do Presidente da República, o sr. Presidente da Assembleia da República, o sr. Provedor de Justiça e as direcções do PCP e do PP.

Em todas as audiências a ANS entregou os documentos que serviram de base às comemorações do Dia Nacional do Sargento, versando os temas mais preocupantes para a classe - NSR,

Suplemento de Residência, EMFAR e Regulamento de Queixa ao Provedor de Justiça - e a moção aprovada pelos mais de 1500 sargentos que participaram nas diferentes realizações comemorativas.

A ANS fez questão de salientar, ao nosso jornal, a forma cordial e a receptividade com que decorreram todas as audiências, considerando-as um importante contributo, não só para a sensibilização das entidades contactadas para os problemas da classe, mas também um contributo decisivo para quebrar algumas incompreensões que ainda possam existir relativamente aos objectivos e importância da ANS.

A ANS, contudo, não quis deixar de referir ao nosso jornal o facto, que considera preocupante e inexplicável, de partidos com a importância do PSD e do PS nem sequer

terem respondido ao pedido de audiência. Tanto mais que, ao longo da sua existência, sempre a ANS tem pautado a sua conduta pelo diálogo franco, aberto e responsável com todos, nunca excluindo deste processo seja quem for, independentemente das ideias ou opiniões alguma vez formuladas.

Ainda, segundo a ANS, que afirma ignorar a razão deste tipo de procedimento por parte do PSD e do PS, este não foi um comportamento isolado, mas o comportamento dos últimos anos, agravado nos últimos meses, nos quais a omissão e o esquecimento tem sido a regra dos seus comportamentos. A ANS afirma tal não compreender, pois está sempre, esteve e estará disponível para dialogar com todos e com cada um, incluindo os que sobre o associativismo militar tenham opinião diferente da nossa.

25 de ABRIL

Com solenidades oficiais na Assembleia da República, desfile militar nos Jerónimos, desfiles populares em várias cidades do país, provas desportivas, jantares de convívio e espectáculos culturais e musicais, comemorou-se mais um aniversário do 25 de Abril de 1974, o 21º. Ainda é jovem a nossa democracia e a prova é que muitos direitos e liberdades ainda estão por consagrar na lei. Mas, contra ventos e marés, isto vai.



Primeiro de Maio de 1974 em Lisboa



Notícias da EUROMIL

Praesidium de Dresden aprova importantes decisões



Decorreu em Dresden, na Alemanha, nos dias 28 a 30 de Março último, uma Assembleia Geral e Praesidium da Euromil.

O presidente da Euromil, sr. Rotbol, informou que se encontrou, por questões sindicais e direitos, com responsáveis do Parlamento Europeu, aos quais foi feito um sucinto relatório sobre a falta de direitos dos cidadãos em uniforme. O sr. Rotbol encontrou-se, também, com responsáveis de associações militares de países da Escandinávia, havendo a possibilidade de algumas delas poderem vir a alargar o número de membros da Euromil. Informou, ainda, que se encontrou com o presidente da O.S.C.E., que se mostrou disposto a manter contactos quer com a Euromil, quer com as suas associações filiadas.

Nesta Assembleia foi aprovada a alteração dos Estatutos da Euromil, que passam a ter nova redacção. Foi decidido, também, criar em Bruxelas um Gabinete que possa servir de elo de contacto e pressão junto da União Europeia.

Por último, foi aprovado um

documento relativo às operações da ONU, o qual se transcreve a seguir.

A Euromil e as Nações Unidas

Em missões das Nações Unidas que envolvem a deslocação de forças de manutenção de paz, a Euromil procede segundo as seguintes disposições gerais:

1. As Nações Unidas só podem deslocar forças de manutenção de paz quando haja uma resolução nesse sentido, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

2. A resolução do Conselho das Nações Unidas tem de estar em conformidade com a Carta das Nações Unidas.

3. Um objectivo político claramente definido deve estar perfeitamente perceptível em cada e em todas as missões das Nações Unidas que envolvam a deslocação de forças de manutenção de paz. O mandato para estas missões deve ser formulado em termos precisos.

4. As tropas envolvidas devem ser devidamente assistidas (por ex.: vencimento, assis-

tência médica, subsídio de incapacidade, subsídio de sobrevivência e pensão de terceira idade para os dependentes, seguro) e devidamente equipadas.

5. Antes de ser tomada qualquer decisão relativa à deslocação de forças de manutenção de paz, têm de ser tidos em

conta os interesses nacionais e europeus, assim como os riscos e perigos em que incorre o pessoal militar.

6. Uma decisão nacional relativamente ao envio de forças de manutenção de paz é uma decisão política em que cada uma das associações profissionais respectivas deve

ser chamada a expressar a sua opinião.

7. No sentido de assegurar o envolvimento das associações representativas em tais processos de tomada de decisão, é-lhes concedido o direito de formar associações, organizações e/ou federações.

8. No sentido de dar garantia segura aos militares e suas famílias, deve ser assegurada uma adequada pensão de sobrevivência aos seus dependentes.

9. As tropas destacadas nas forças de manutenção de paz devem estar bem preparadas para as missões das Nações Unidas, através de treino adequado.

10. A Carta das Nações Unidas deve estar continuamente a par das missões das Nações Unidas que envolvam a deslocação de forças de manutenção de paz.

11. A Euromil e as suas associações-membro desenvolverão todos os esforços para a criação das referidas condições tanto a nível nacional como internacional, nomeadamente através da manutenção de relações com as Nações Unidas.



ANS realizou Assembleia Geral

Realizou-se em 29 de Março a Assembleia Geral da Associação Nacional de Sargentos (ANS), para discussão e votação do Relatório e Contas do ano de 1994 e do Orçamento e Plano para o corrente ano.

Divulgamos, a seguir, o Relatório de Actividades do Ano de 1994, apresentado na Assembleia Geral.

Dinamização associativa

Durante o ano de 1994 a Direcção da ANS deslocou-se a várias regiões do país, a fim de reunir com grupos de sócios, nomeadamente a Baixa da Banheira, Chaves, Entroncamento, Feijó, Lamego, Lisboa, Porto, Vendas Novas, Vila Real e Viseu.

Durante o ano de 1994 associaram-se 108 camaradas e verificaram-se 38 desistências, a maior parte por motivo de transição de quadro.

Em 1994 realizaram-se duas Assembleias Gerais, uma Eleitoral, coincidente com as comemorações do 31 de Janeiro,

ro, e outra para apresentação do Relatório e Contas, referente ao ano de 1993.

Foi aprovado o novo modelo de cartão de sócio e procedeu-se à substituição do cartão provisório pelo definitivo, aproveitando-se a ocasião do envio do novo cartão para a regularização da situação financeira dos associados em relação à associação.

31 de Janeiro

As comemorações em 1994 do 31 de Janeiro foram, como já é hábito, um importante ponto de encontro a fórum de discussão para a classe e tiveram lugar em Chaves, Lamego, Lisboa, Moçambique (Bat. Trans.) e Porto.

Euromil

No âmbito da EUROMIL a ANS participou no Praesidium realizado em Estrasburgo, em Março, e foi responsável pela organização do Praesidium de Outubro, que se realizou em Lisboa. O trabalho e o cuidado

colocado na preparação da realização de Lisboa foi enaltecido pelas organizações associativas de militares nacionais e estrangeiras presentes.

No Praesidium de Lisboa foi aprovada por unanimidade uma Moção na qual as organizações presentes apelam a todos os órgãos de soberania portugueses que procedam à revisão do actual quadro restritivo de direitos, que se verifica no nosso país.

Pela primeira vez, as chefias militares fizeram-se representar numa iniciativa promovida pela ANS.

Aniversário da ANS

O aniversário da ANS foi comemorado com um jantar de convívio que reuniu os membros da Direcção e alguns sócios que se associaram à comemoração da efeméride.

Contactos institucionais

Mantiveram-se contactos formais com a Presidência da República, Presidência da

Assembleia da República, Comissões Parlamentares, Procuradoria da República, Provedoria de Justiça, Partidos Políticos, etc.. Nestes contactos foram abordados assuntos de interesse associativo e decorreram de forma muito positiva, como em cada ocasião fomos informando os sócios.

Mantivemos e reforçámos os contactos com as associações congéneres.

Jornal "O Sargento"

O jornal "O Sargento", durante o ano de 1994, reforçou e consolidou a sua condição de referencial em relação à problemática associativa militar, contribuindo para isso o equilíbrio dos seus artigos, estando de parabéns o seu Director.

CPR'S

Para a dinamização das CPR'S foi efectuado um importante esforço pela Direcção, esforço esse que passou pelos contactos com as delegações e

regiões, onde se estabeleceram os pilares para o funcionamento das CPR'S.

Legislação e apoio jurídico

Em 1994 foram apoiados juridicamente vários camaradas, sendo o foro disciplinar o que mereceu mais atenção.

Foram produzidos documentos com críticas e propostas da associação sobre as propostas de Lei de Justiça e Disciplina Militar e do Regulamento de Queixa ao Provedor de Justiça e feitas chegar aos órgãos com intervenção no processo.

Foram também efectuados trabalhos críticos sobre as propostas de alteração ao EMFAR, o Suplemento de Residência e o NSR, que foram amplamente distribuídos.

Não fizemos tudo aquilo que desejávamos, mas naquilo que fizemos colocámos todo o nosso empenho e a disponibilidade possível de quem se encontra na situação de activo.

Higiene, Segurança e Saúde

F-16 - Uma história

O Fighting Falcon F-16 foi, em 2 de Fevereiro de 1974 (data do seu primeiro voo de teste) um "Fighter Pilot's Fighter".

Mas para que o F-16 adquira operacionalidade tem de haver quem nele trabalhe com mestria, dedicação e conhecimento. Na verdade, excelentes máquinas com maus operadores de nada valem.

Em 1972 teve início um programa cuja finalidade consistia em criar um avião de combate com pouco peso. Tal objectivo levou a General Dynamics a utilizar para a estrutura do F-16 alumínio (78%), completando o resto da estrutura (22%) com titânio, aço especial e novos materiais compostos.

Neste quadro, os estabilizadores horizontais e verticais e mais algumas peças foram feitas em grafite-epoxy e fibra de vidro.

O processo evoluiu e, em 1986, o centro de trabalho em chapa foi confrontado com a necessidade de efectuar trabalho em peças feitas em grafite-epoxy e fibra de vidro.

Colocou-se então a dúvida a quem teve de efectuar estes trabalhos, se não haveria problemas para a saúde derivado das partículas de pó que se libertavam no processo de furar, polir, etc.. Manuais e ordens técnicas foram consultados mas acerca disto não foram encontradas explicações claras.

Assim sendo, foi contactado o esquadrão de segurança para oficiais que os aconselhou a entregar um relatório de actividade ao Comité de Segurança da Indústria de Peças (BSIP).

Feito isto, e não tendo o BSIP chegado a qualquer conclusão, decidiu contudo, por precaução, adquirir capas de ar limpo tipo sata (trata-se de uma capa protectora com janela amovível e por detrás é administrado ar fresco filtrado).

Enquanto isso, o então chefe observador do sector de logística (COSL) solicitou uma investigação ao TNO - Grupo principal

Em determinada disposição técnica, acabou por ser detectado que a tal capa-sata devia ser utilizada com um filtro "oly-pia" e um separador de óleo e água. O acesso do ar seria feito através de uma conduta circular de ar sobre pressão, conduta essa existente em todos os hangares de manutenção. O material pneumático utilizado tirava o ar necessário neste sistema de

ficou que os recipientes para depositar a água apareciam cheios de ferrugem, óleo e gorduras.

Isto é: o sistema de conduta circular estava tão mau que o ar não estava em condições para ser utilizado pelas tais "máquinas" que dele necessitam - ou seja, pelo "mexilhão", claro está!

Assim, em 1993 foi feito novo

grafite. E em qualquer bom livro ligado a esta matéria, encontra-se o valor da densidade deste material. O mesmo se pode dizer para a fibra de vidro.

Foi bom terem sido escolhidas as capas-sata como solução porque facilitam, aos utilizadores, liberdade de movimentos. Menos bom foi que estas capas tivessem sido ligadas a um sistema de conduta de ar que não satisfaz as normas de segurança.

As instruções de utilização dessas capas são claras ao afirmar que pode ser utilizado o ar do circuito para respirar, desde que a conduta esteja liberta de partículas nocivas. As normas frisam que a conduta de ar deve recebê-lo de um compressor que não seja lubrificado com óleo. Isto é, o óleo a utilizar para lubrificar compressores para o sistema de ar para respirar "não pode ter cheiro nem gosto". Ora nada disto acontece.

Esta história, que aqui se sintetiza, consta do Boletim "Oplinie", da Maanduit Gave Van de Algeme Federative Van Militair Personnel e dela se devem extrair algumas lições essenciais:

1ª - Se quem tem a mão na massa não se mexer, nada feito!
2ª - Higiene, Segurança e Saúde no local de trabalho é para ser levadas a sério.

3ª - Impõem-se em Portugal medidas legislativas relacionadas com esta matéria.

4ª - E em jeito de conformismo e como a história não se passou conosco, resta dizer que nem tudo lá fora é bom, assim como nem tudo cá dentro é mau!



de investigação da saúde, no sentido de determinar até que ponto era prejudicial para a saúde trabalhar com materiais contendo grafite-epoxy e fibra de vidro.

Chegou-se a 1993 e tudo continuava na mesma. Só mesmo quem tinha de operar com esses materiais, ou seja, o "mexilhão", é que não descansava.

conduta circular. E, uma vez por ano, uma firma especializada teria como missão controlar, reparar e limpar o material pneumático.

Acontece que, a determinada altura, a firma notificou que o sistema de conduta circular estava muito sujo e já não satisfazia as normas de segurança, pois veri-

relatório e nele foi mencionado que "o sistema de conduta circular de pressão de ar é um circuito de ar contaminado".

O tempo passou. Veio Junho de 1994 e tudo na mesma.

Eureka

A grafite-epoxy em termos de segurança é o mesmo que a

BREVES

Abalroamento

A corveta Oliveira e Carmo e um contra-torpedeiro italiano da Força Nato colidiram no Tejo, do que resultou feridos e danos materiais avultados.

O estado de saúde dos dois militares portugueses hospitalizados, Brites Nunes e Baltazar Plácido, evoluiu bem. A situação dos outros cinco feridos ligeiros, também portugueses, incluindo o comandante da corveta, não é preocupante.

Incentivos ao emprego

O governo anunciou um conjunto de incentivos às empresas

que empreguem jovens à procura do 1º emprego.

Por cada mil contratados, a Segurança Social verá baixar a sua receita em 400 mil contos/ano.

Sabendo-se dos gravíssimos problemas com que se bate a Segurança Social, a pergunta



seguinte faz sentido: Sobre quem vai recair a factura?

É que milagres não há.

Vendas de carros

A União Europeia teve um crescimento homólogo de 3% em Fevereiro, totalizando 921800 carros vendidos.

Em Fevereiro, os maiores aumentos ficaram a dever-se à Finlândia e à Dinamarca (30 e 31%, respectivamente), enquanto a Bélgica e Portugal apresentaram as maiores quedas (27 e 18%, respectivamente).

Notícias dos CLUBES

CSAERO

A Direcção da CSAERO, que tomou posse no passado mês de Janeiro, aguarda audiência com o CEMFA para apresentação de cumprimentos e dar a conhecer os problemas e a actividade do Clube.

Da actividade do CSAERO para o corrente ano, salienta-se a homenagem anual ao sargento de aeronáutica. A Direcção decidiu realçar este ano o Saju. MMA Manuel Pereira.

Está em preparação mais um aniversário do clube, que ocorre em 11 de Julho, com actividades a decorrerem durante todo o mês. Está previsto um almoço convívio, a realizar

na sede, uma exposição de pintura e fotografia de elementos militares, um torneio de sueca, além de uma sessão solene alusiva à data.

Realizou-se, entretanto, a Assembleia Geral do CSAERO, na qual foi aprovado o relatório e contas do ano de 1994.

Vai, em breve, iniciar-se a Campanha dos Mil Sócios, extensiva a todos os sargentos do activo, com envio de carta pessoal a cada um.

De referir, ainda, que a sede foi beneficiada com obras e adquirido o mobiliário necessário ao seu bom funcionamento.

Pelo MUNDO

Convenção Shengen em vigor

A Convenção de Shengen entrou em vigor às zero horas do dia 26 de Março.

Os controlos de identidade nos aeroportos e portos deixam de existir para os cidadãos originários dos 7 países signatários do acordo, designadamente, Alemanha, França, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Portugal e Espanha. Entretanto, a Áustria também aderiu ao acordo.

Nos aeroportos foram criados corredores especiais para os pas-

sageiros que circulam no espaço Shengen, assinalados com a sigla UE, e os voos são consi-

interdição, etc.) e pode conservar no computador central 8 a 9 milhões de dados.



derados como domésticos.

O sistema de informação Shengen, instalado em Estrasburgo, contém 2 milhões de dados (criminais, de extradição, de

Existem, como se sabe, opiniões diversas sobre a implementação deste sistema que, para alguns, visa criar a Europa fortaleza em vez da Europa da cooperação.

Os EUA e a Indonésia

O Almirante William Oweni, vice-chefe do Estado Maior interarmas dos EUA anunciou, quando da sua visita à Indonésia em meados de Março, a disposição de os EUA restabelecerem a ajuda militar àquele país.

O Almirante disse em conferência de imprensa,

que o Pentágono será "um forte proponente do restabelecimento do IMET (Programa Internacional de Treino e Educação Militar) a favor da Indonésia para o ano de 1996".

Entretanto, no Senado, o Secretário de Estado assistente para os Assuntos da Ásia Oriental

e do Pacífico, Winston Lord, classificou como uma "nova iniciativa notável" a decisão da administração Clinton de propor "o restabelecimento do programa do IMET a favor da Indonésia".

É caso para dizer: com amigos como estes, não precisamos de inimigos.

Condições sociais dos "destacados"

A Comissão Europeia propôs que se garanta a todos os trabalhadores a aplicação do direito e regalias sociais do país onde a actividade é exercida.

Os quinze ministros do Trabalho da UE, reunidos pela terceira vez, falharam mais uma tentativa de acordo porque a Inglaterra e Portugal não aderiram à proposta da França, que prevê a aplicação logo no primeiro dia da instalação dos trabalhadores ou, o mais tardar, após um mês.

As centrais CGTP, UGT e a Confederação Sindical Alemã escreveram ao Primeiro-Ministro Cavaco

Silva, ao chanceler Helmut Kohl e ao Presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer, alertando para os resultados muito negativos que daqui advêm, entre eles: os "destacados" auferirem salários inferiores e terem condições sociais inferiores

nos que se opõem à DDTAPS (Destacamento de Trabalhadores no Âmbito da Prestação de Serviços) de prejudicarem os seus concidadãos.

Na óptica das referidas centrais sindicais este acto governamental foje às leis internacionais e

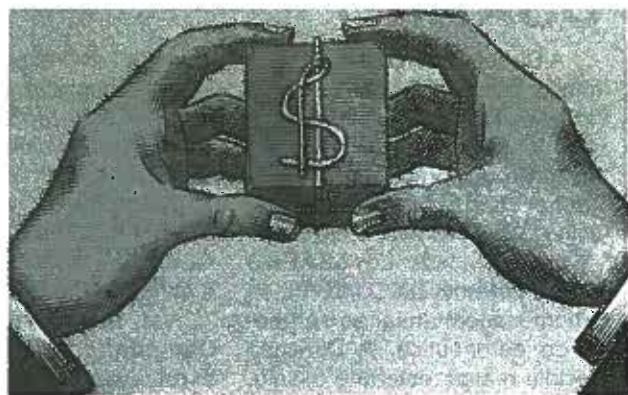
não está em conformidade com as "tradições humanistas e democráticas da Europa".

A legitimidade democrática da directiva da Comissão Europeia

res aos praticados no país de acolhimento.

Os signatários entendem ainda que a situação não se resolve por meros acordos bilaterais. As três centrais acusam os gover-

relativa ao "Destacamento" impõe que seja aplicável a todos os cidadãos portugueses "destacados" incluindo, obviamente, também os militares.



Portugal na Unavem III

Portugal participa na Unavem III com uma companhia de transmissões que será distribuída por sete quartéis-generais regionais da missão, garantindo as comunicações entre as várias componentes da ONU em Angola.

Por outro lado, uma companhia logística com cerca de 150 elementos deverá partir para Angola

dentro de poucos dias, substituindo no terreno o batalhão logístico britânico que fez a instalação inicial da Unavem III.

Uma outra unidade, de engenharia, com cerca de 140 militares, irá operar como sapadores e especialistas em pontes.

O Presidente da República, que entregou o estandarte à Companhia

de Transmissões, afirmou na ocasião que "é importante trabalhar activamente a favor da paz, mas também da fraternidade em relação ao povo irmão de Angola, visto que é pelo povo irmão de Angola que vão trabalhar".

Neste momento são sete os oficiais superiores portugueses nas missões das Nações Unidas.

Áustria

Recém-entrada na U.E., debate-se agora com a questão de se manter ou não neutral.

O Acordo estatal de Viena (Maio de 1995) e a Lei Constitucional sobre a neutralidade de Áustria (de Outubro do mesmo ano), foram os pilares da política externa austríaca, tal como foi praticada durante décadas.

As transformações mundiais operadas nestes últimos anos, levaram o Governo austríaco a rever, numa declaração aos 4 países signatários do Acordo estatal - EUA, Grã-Bretanha, França e ex-URSS -, algumas res-

trições. A verdade porém é que esse acordo ainda continua a obstar a plena soberania da Áustria.

Tem ou não a Áustria, membro da U.E., o dever de pleno cumprimento dos seus deveres, ou o Acordo estatal não implicará que a Áustria seja um membro da U.E. relativamente ao qual um conjunto de aspectos não se lhe aplica? E isto mesmo dizem os que defendem a manutenção da neutralidade austríaca, argumentada que «a U.E. quando aceitou a integração da Áustria já sabia que assim seria.»

O Acordo estatal inci-

de fundamentalmente na não participação austríaca em alianças militares e na não aceitação de bases militares no país.

Segundo outros, o problema é que se a Áustria quiser pertencer ao pelotão da frente a U.E. terá de abandonar a neutralidade. E isso mesmo disse, muito diplomaticamente, o Ministro Britânico dos Estrangeiros Douglas Hurd, durante uma recente visita a Viena. «(...) de garantias plenas de segurança só pode gozar um país que seja membro da UEO e da NATO».

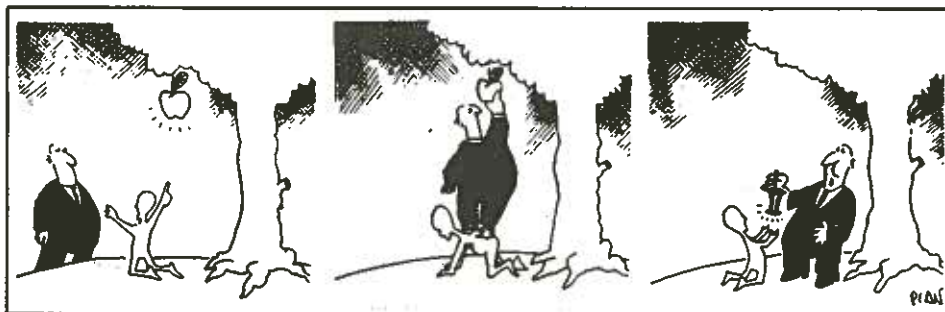
Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento

A ONU realizou, no passado mês de Março, em Copenhaga, a Conferência Mundial para o Desenvolvimento.

O balanço final da Conferência soube a

Em Portugal a estatística está atrasada, mas segundo números vindos a público 25% dos portugueses são considerados pobres, vivendo abaixo dos níveis mínimos de subsistência e

mento em que são ditas lindas coisas, muito humanistas, etc., mas que depois não têm qualquer tradução prática ao nível das práticas e objectivos governativos.



pouco para os 550 milhões de pessoas que em todo o mundo se deitam todas as noites com fome.

95% dos jovens desempregados não recebem qualquer subsídio.

Estas Conferências são quase sempre um mo-

Mas pelo menos numa coisa a Conferência foi positiva: revelar alguns números que ilustram realidades.

OSCE - Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

Os 52 países membros da OSCE, reunidos em Paris nos dias 20 e 21 de Março passado, comprometeram-se a desenvolver os seus esforços por uma "Europa onde os povos

exprimam livre e democraticamente a sua vontade, onde os direitos humanos, incluindo os das minorias nacionais, sejam respeitados, onde os Estados iguais e soberanos coo-

perem para além das fronteiras e desenvolvam entre si relações de boa vizinhança".

Portugal faz parte da OSCE e é um dos signatários desta declaração.